



PROCESSO: 22.434/2010

PARECER COMED/PGUÁ N.º 28/11 APROVADO EM 24/08/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: Renovação da autorização de funcionamento do nível de ensino da educação infantil

RELATORAS: Fabíola Soares e Suzana da Veiga Wilczek

I – RELATÓRIO

Histórico

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o Processo nº 22.434/2010, no dia 23/11/2010, referente à Renovação da autorização de funcionamento do nível de ensino da educação infantil da Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura de Paranaguá, localizada Rua Tapajós s/nº 30 – Vila Guarani , para análise e Parecer deste Conselho.

A Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental passou a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, nos termos da Lei Municipal nº 69/07, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação dos Estabelecimentos de Ensino, designados pela Portaria Municipal nº 702/2009, apresentou relatório com Parecer Favorável à concessão à Renovação da autorização de funcionamento do nível de ensino da educação infantil da Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Tendo em vista os artigos 12 e 13, da Deliberação COMED nº 03/2009, decidimos pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o nível de ensino da educação infantil, por um prazo de 03 (três) anos a partir da publicação de ato de autorização expedido pela SEMEDI.



II – DO MÉRITO

Encaminhe-se:

- a) o presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para a expedição do respectivo ato legal;
- b) o presente processo ao Estabelecimento de Ensino, para constituir acervo e fonte de informação.
- c) O estabelecimento de ensino é obrigado a afixar, em local visível e acessível ao público, cópia dos atos oficiais que atestam a renovação de sua autorização para seu funcionamento, dando ciência ao Conselho Escolar.

III. VOTO DAS RELATORAS

Considerando o exposto estas relatoras votam pelo deferimento pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal José de Anchieta – Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o nível de ensino da educação infantil, baseando-se na Lei Complementar 69/07.

É o Parecer.

IV. DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto das Reladoras.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 24 de agosto de 2011.

Relação dos conselheiros que aprovaram este parecer: Cons. Célia Regina Poplade dos Santos, Cons. Fabíola Soares, Cons. Francielle de Souza Martins, Cons. Luciana Tavares de Miranda, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons. Sônia Maria dos Reis, Cons. Suzana da Veiga Wilczek, Cons. Tânia do Rocio Rabij, Cons. Valdinéia Leopoldina Silva Meduna.

Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Antonio Luiz de Freitas Morato

Vice-Presidente